

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Gabriel da Silva Oliveira

**MODERNIDADE, INDIVÍDUO E VIDA SOCIAL: O Esvaziamento das Relações
Interpessoais**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772107A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MODERNIDADE, INDÍVIDO E VIDA SOCIAL: O ESVAZIAMENTO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS**, desenvolvido durante o período de AGOSTO DE 2019 a NOVEMBRO DE 2019 sob a orientação de RAUL FRANCISCO MAGALHÃES, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (x) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

MODERNIDADE, INDIVÍDUO E VIDA SOCIAL: O ESVAZIAMENTO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Gabriel da Silva Oliveira¹

RESUMO

A temática sobre a modernidade, assim como os processos modernizadores, é algo que desperta o interesse em compreender o comportamento de tais fenômenos e como esse liame se altera ao longo da história. Desde as grandes navegações o contato interpessoal já apresentava mudanças relativamente significativas nessa dinâmica, ou seja, novos povos, novas descobertas, novas culturas e novos hábitos. Além disso, as transformações históricas, tanto do indivíduo quanto das relações de trabalho, são observadas como de suma importância e de grande impacto nas relações interpessoais. O presente trabalho tem como questão central analisar os principais aspectos das relações dos indivíduos bem como suas alterações ao longo da história. Para isso, o trabalho se apresenta dividido em quatro tópicos que buscam delinear as transições e implicações que o mundo moderno implica no ambiente social. Primeiramente serão apresentados os conceitos de modernidade, em seguida será abordado sobre as relações sociais assim como a noção de indivíduo e o processo de individualização, logo, os impactos da dinâmica do mundo do trabalho e em última instância como suas transformações culminam nos tipos de interações percebidas atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade, indivíduo, relações sociais.

INTRODUÇÃO

A temática e os estudos sobre a modernidade, assim como os processos modernizadores, é algo que desperta o interesse em compreender o comportamento de tais fenômenos e como esse liame se altera ao longo da história. Desde as grandes navegações o contato interpessoal já apresentava mudanças relativamente significativas nessa dinâmica, ou seja, novos povos, novas descobertas, novas culturas e novos hábitos.

Se tratando de modernidade, Anthony Giddens (1991) expõe que esta se trata de um fenômeno que emergiu na Europa a partir do século XVII influenciando posteriormente o restante do mundo². Giddens (1991) nos lembra ainda que modernidade não segue uma linearidade histórica e devido a isso não responde a uma continuidade. De forma análoga, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) trabalha esse conceito utilizando o termo “modernidade líquida” por se tratar de um fenômeno que sofre constantes mudanças, principalmente no que tange as relações entre indivíduos e seu convívio social.

Além disso, as transformações históricas, tanto do indivíduo quanto das relações de trabalho, são observadas como de suma importância e de grande impacto nas relações interpessoais. Com um estudo mais ocidental, o individualismo, segundo George Simmel (apud NEUBERT, 2010), teria surgido na Europa Ocidental no período do Renascimento, sendo este argumento centrado na ideia de liberdade. Em contraponto, na modernidade que se consolida a partir do século XIX o desejo era diferenciar-se, era a busca pela explicação das diferenças e especificidades do indivíduo, trazida por Simmel como sendo o individualismo qualitativo, e assim, seria a consequência de uma combinação única de forças que tem como resultado um ser especial e único.

Em vista disso, a relação entre indivíduo e o trabalho se apresenta como elemento constituinte da existência humana, sendo através dele que o indivíduo se relaciona com o ambiente, construindo sua realidade, se inserindo em contextos grupais, e enfim seguindo um rumo de mudanças e novos acontecimentos. O trabalho era, como afirma Richard Sennett (2009) voltado para um âmbito familiar, atuando como o centro físico da economia e que essa relação preexistia anteriormente das transformações industriais, onde moradia e o local de ofício eram em um mesmo terreno ou bastante próximos. Posteriormente com o surgimento das indústrias e as transformações desse contexto, o capitalismo e suas imposições ocasionam, contudo, na busca incessante por reconhecimento e diferenciação que está a frente de qualquer solidariedade e reciprocidade, retratando, portanto, que vivemos em uma sociedade do destaque individual e crescimento particular.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: gabrielsoliveira10@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

² Há de se destacar que este conceito apresenta controvérsias sobre o ponto de partida no tempo (Renascimento) e no espaço (Itália), se tratando de modernidade (Magalhães, 2017, p. 61).

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores presentes na contemporaneidade. Para isso, o trabalho se apresenta dividido em quatro tópicos que busca delinear as transições e implicações que o mundo moderno resulta no ambiente social. Primeiramente serão apresentados os conceitos de modernidade, em seguida será abordado sobre as relações sociais assim como a noção de indivíduo e o processo de individualização, logo, os impactos da dinâmica do mundo do trabalho e em última instância como suas transformações culminam nos tipos de interações percebidas atualmente.

CONCEITOS DE MODERNIDADE

O conceito de modernidade possui características em comum na visão de alguns autores que trabalham sobre este tema. Seja para falar da parte das organizações sociais observada na contemporaneidade, na emergência do mundo científico, técnico e tecnológico e até mesmo as relações entre tempo e espaço. Dessa forma, Anthony Giddens expõe que modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p.8). Além do mais, para o sociólogo britânico a modernidade possui um caráter descontínuo pois não segue uma linearidade histórica e por isso não responde a uma continuidade. Para o autor, para que se possa compreender a natureza da modernidade deve-se considerar o dinamismo do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais (ibid., p. 20). Da mesma maneira, Zygmunt Bauman (2001) trabalha o conceito de modernidade, no entanto, utiliza o termo “modernidade fluida” por se tratar de um fenômeno que sofre constantes mudanças. Dessa forma, o conceito, para Bauman, parte do liame entre tempo e espaço, em que a modernidade

começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca. (Bauman, 2001. p. 16)

Assim sendo, sobre a noção de tempo e espaço, Giddens também utiliza essa ideia como sendo intimamente relacionados à dinâmica modernizadora. O dinamismo ao qual o autor se refere advém da separação entre tempo e espaço que, em suma, afeta as ações dos indivíduos e grupos. Ora, a partir da distinção de espaço sendo entendido como algo físico, relacionado a localidade, o autor destaca uma característica das sociedades tradicionais ou pré-modernas, em que a presença era necessária para uma interação “face-a-face”, ou seja, era necessário estar presente em um mesmo lugar e ao mesmo tempo para essa interação acontecer. O sociólogo expõe que nas sociedades pré-modernas,

espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela “presença” — por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. (Giddens, 1991. p. 22)

Com efeito, o debate entre tempo e espaço está fortemente presente no pensamento desses autores. Assim, Bauman novamente credita à flexibilidade e expansividade característica do tempo, em analogia aos líquidos e fluidos, sendo, contudo, esse tempo moderno o mecanismo para a conquista do espaço. O sociólogo polonês, finaliza o raciocínio afirmando que “na moderna luta entre tempo e espaço, o espaço era o lado sólido e impassível, pesado e inerte”, ou seja, assim como os enormes blocos de concreto não sofrem alterações com pouco esforço das forças exógenas esse espaço era inalterado e estático. Por outro lado, o “o tempo era o lado

dinâmico e ativo, sempre na ofensiva”, é uma força invasora e conquistadora do espaço, sendo a velocidade desse movimento somado à rapidez da mobilidade nos tempos modernos, ele se torna “principal ferramenta do poder e da dominação

Há de se destacar, no entanto, que o caráter de racionalidade está fortemente presente para o entendimento desse dinâmico processo no qual se trata a modernização. Debatendo acerca dessa compreensão bastante vinculada a Max Weber, Luvizotto (2010) aponta que nesse processo, além da racionalização das organizações sociais, isto é, o modo de vida organizado visto como é atualmente, apresentam-se também a ciência e a técnica, em constante aperfeiçoamento, como principal força produtiva no campo do agir, comandada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, tratando de forma bastante weberiana, a autora evidencia esse processo como sendo resultado crescente de uma racionalização que está associado ao desenvolvimento científico e se caracteriza como um fenômeno tipicamente ocidental.

Em seguida, Ulrich Beck (1997, apud. Luvizotto, 2010), entrando no debate sobre modernidade, prefere utilizar o conceito de modernidade reflexiva, visto que essa reflexividade promove o entendimento e interpretações a fim de obter respostas sobre as “descontinuidades da modernidade”, nas quais foram formadas a partir de mudanças da vida moderna. Assim, as sociedades reflexivas para Beck (1997, p. 57, apud Luvizotto, 2010) precisam encontrar soluções por sua própria conta tendo em vista os problemas criados justamente pela modernização social. Característica marcante das sociedades reflexivas é a quebra ou desagregação da tradição, isto é, as bases preestabelecidas, as tendências imutáveis perdem, de certo modo, sua capacidade de previsibilidade e controle.

Associado ao conceito de reflexividade das sociedades modernas, Giddens, em paralelo, utiliza a noção de modernidade tardia que seria uma mudança no modo de vivenciar as relações no âmbito social. Tal qual, na interpretação de Luvizotto se daria,

a partir da identificação da razão como o elemento ordenador que produz confiança e elimina ou minimiza os riscos. Ao indivíduo moderno, cabe confrontar seus exageros, assumir-se como objeto de reflexão e exercer uma crítica racional sobre o próprio sistema, tomando-se um tema e um problema para si. Esse indivíduo reflete sobre o mundo em que vive e exerce uma análise racional das consequências de fatos passados, as condições atuais e a probabilidade de perigos futuros, procurando, assim, minimizar os perigos à medida que esse futuro vai se tornando presente. (Luvizotto, 2010)

Nesse contexto, a racionalidade, o conhecimento científico substitui a tradição, principalmente no que tange a busca dos indivíduos por fatores que ofereçam segurança. A busca por atenuar a insegurança produzida pelas transformações sociais associado com a quebra dos sistemas tradicionais acarretam em consequências que abrange em maior quantidade as relações sociais e toda a ordem social.

RELAÇÕES SOCIAIS E ORDEM SOCIAL

A dinâmica de transformação social que circula a questão da modernidade possui diferentes ramos de pensamento. Há os que seguem a influência marxista que tratam das alterações que concerne o capitalismo como “força”, sendo essa força responsável por moldar o mundo moderno. Nesse sentido, como abordado em Giddens (1991), esse ramo segue as linhas de que o capitalismo é quem emerge uma ordem social moderna, que possui características mutáveis, “inquieta”, no qual seria explicado pelo ciclo de investimento e, por consequência, tem como resultado uma ordenação constante para o sistema se expandir. Por outro lado, a sociologia francesa de Durkheim não via o capitalismo como o núcleo dessas transformações. Para o sociólogo francês, a competição capitalista seria algo marginal e transitório, sendo então depositada na complexa divisão do trabalho, na sociedade industrial, e que, portanto, seria este o fator responsável por essa acelerada mudança.

Ora, ambos os pensamentos possuem forte influência para uma análise das relações humanas no século atual, sendo possível identificar na contemporaneidade que ambas as ideias existem mutuamente na sociedade. A competitividade a qual defendem os influenciados pelo pensamento marxista está presente de forma pujante tanto no mundo do trabalho, no qual Durkheim se baseia, como também em matéria de produtividade e a busca pelo destaque e reconhecimento. A sensação observada é a de que as pessoas estão

todas muito ocupadas o tempo todo, ainda por cima quando essa ideia se dá numa ótica do consumo, em que o outro não tem nada a oferecer e que seja de nosso interesse.

Em consequência disso, os vínculos efêmeros se tornam tão comuns como ir na padaria pela manhã. É neste episódio que fica evidente a distância que se passa a ter de seu semelhante. A noção de semelhante, atualmente, só se enquadra, de certo modo, na ideia de semelhança física, isto é, como espécie. A competitividade tende a tornar os laços sociais mais distantes, desiguais, assim, as forças que agem sobre a subjetividade vão deixando aquilo que conhecemos por empatia mais vazio de sentido. Isso fica bastante evidente na análise de TFOUNI e SILVA (2008), na qual destacam que “todos participam de muitos projetos ao mesmo tempo e não observamos, salvo cada vez menos raríssimas exceções, o nascimento e muito menos o crescimento de fortes vínculos entre as pessoas que se acotovelam na megalópole”.

Neste sentido, assim como o contrato social, formulado por Hobbes, Locke e Rousseau no século XVI-XVII, se fundava no medo, pode-se dizer, então, que no enfraquecimento de tais laços também esteja presente esse medo. Um medo que se origina na falta de controle e garantias, pautado na imprevisibilidade de certos acontecimentos e mudanças repentinas mundo afora. O que ocorre são de fato laços provisórios que não possuem raízes profundas, são superficiais, leves e enfraquecidas, semelhante às raízes fasciculadas³, a qual apesar de firmes no solo basta o mínimo de esforço para que sejam arrancadas e trocadas de lugar a medida em que for necessário. Nesse sentido, pode-se observar, brevemente, a direta relação com questão de flexibilidade necessária para se adaptar às diferentes formas de trabalho que emergiram no presente século, assim como a disponibilidade de mudanças repentinas que determinadas áreas de atuação exigem. Para tal, esta ideia será abordada no tópico mais adiante no qual se refere ao mundo do trabalho.

Sob outra perspectiva, quando se trata de vida social moderna, no que tange às organizações, melhor dizendo, a racionalização das organizações, naquela em que Weber relacionava à burocracia, novamente retorna o liame entre o tempo e o espaço. Para Giddens (1991, p.24), as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas. A exemplo disso, gradualmente se torna desnecessário sair de sua casa para efetuar a compra de determinados acessórios, retirar certos tipos de documentos e até mesmo participação em reuniões, em que antes era indiscutível estar fisicamente presente em ambos os locais citados.

De forma análoga ao que foi tratado anteriormente, outras observações podem ser destacadas no que concerne às transformações sociais. Tal qual o crescente aumento do uso dos fones de ouvido e *smartphones* em ambientes públicos, no qual há grande circulação de pessoas, se apresenta como um isolamento do mundo, em outras palavras, desinteresse do que o ambiente social tem a lhe oferecer. Por consequência disso, retornando ao tema do medo, a sociedade se mostra amedrontada pelos espaços públicos e livres, no sentido de que o que se tornou padrão no dia-a-dia é a rara interatividade entre os indivíduos e sendo assim, os estranhos se tornam ameaça para sua condição de isolamento. Assim, Renato Nunes Bittencourt (2009) delinea

[que] a vida cotidiana em nossa vertiginosa e ansiosa pós-modernidade se resume em seguirmos um padrão mecânico de ações, em que qualquer alteração da rotina pode gerar consequências catastróficas para quem se aventura a arriscar algo de novo. O medo se torna imprescindível para a manutenção da ordem social, por mais extravagantemente absurda (e terrivelmente prejudicial para manutenção saudável da vida humana) que seja tal necessidade. (BITETENCOURT, 2009, p. 67)

Temos hoje o medo das relações, o medo dos compromissos, das proximidades. O fato é que a problemática apresentada por esse “enclausuramento” nos espaços públicos é bastante semelhante ao conceito durkheimiano de anomia, em que se reflete a ausência de solidariedade, logo o crescente individualismo tende a dominar, em grande parte, os estratos sociais.

INDIVÍDUO E INDIVIDUALISMO

³ Raiz formada por vários eixos, ramificadas ou simples, mais ou menos iguais na espessura e no comprimento. Não é possível distinguir o eixo principal dos secundários. As raízes fasciculadas são características maioria das monocotiledôneas, como o trigo, o arroz e todos os capins.

Tanto o conceito de indivíduo quanto o de individualismo ou, melhor dizendo, o processo de individualização teve ao longo da história mudanças em seu sentido. Como salientado por George Simmel (2005, apud NEUBERT, 2011) a individualidade teria surgido na Europa Ocidental no período do Renascimento, e a explica como sendo

[...] a superação tanto interna quanto externa do indivíduo das formas comunitárias medievais que conformavam a forma de vida, a atividade produtiva, os traços de caráter dentro de unidades niveladoras, fazendo desaparecer os traços pessoais e impossibilitando o desenvolvimento da liberdade pessoal, da singularidade própria de cada um e da auto-responsabilidade. (apud NEUBERT 2011, p. 278)

Em seguida, Neubert nos apresenta, a partir da leitura de Simmel, que este primeiro conceito de individualidade rompeu com a ideia anterior de distinção, logo o argumento estava centrado na ideia de liberdade. Tendo em vista essa nova concepção de Simmel, o autor afirma que “o produto desse movimento se tornou a principal forma pela qual os indivíduos dessa época se colocavam em relação à sociedade. Sua forma mais evidente foi explicitada na esfera econômica, na qual a livre concorrência entre interesses individuais em um mercado ideal tenderia a um equilíbrio de forças” (2011, p. 278), assim, Simmel denomina esse novo tipo de individualidade como “individualidade quantitativa”.

Em contraponto a isso, “na modernidade que se consolida no século XIX [...] a igualdade que exterioriza a essência do homem abstrato não era a última etapa na luta pela liberdade [...] os indivíduos somente se sentiram impelidos a superar a igualdade e a buscar novamente a distinção quando esta surgiu como uma vontade interna” (2011, p. 279). Neste instante, o desejo era diferenciar-se, era a busca pela explicação das diferenças e especificidades do indivíduo, era a “busca por si mesmo, por um núcleo inerte que tivesse a capacidade de garantir algum grau de solidez interna diante dos ditames do grupo social e das contingências históricas”. Assim, o autor conclui esta observação definindo que “como consequência, cada indivíduo corresponde, desde então, a uma combinação única de forças que tem como resultado um ser especial e único” (ibid.), tal como Simmel posteriormente intitula de “individualismo qualitativo”.

Não apenas Simmel pensava o conceito de indivíduo sendo este mutável, isto é, possuindo uma dicotomia em seu sentido, como também Giddens (2002) aferindo à discussão que nas sociedades tradicionais a identidade dos indivíduos era limitado pela própria tradição. A modernidade quebra com essa ordem tradicional dando ênfase ao indivíduo, sendo este dotado de uma capacidade reflexiva. Em síntese, o parâmetro constituído pela tradição vai sendo esquecido e, assim, a modernidade revela um mundo vasto de possibilidades e escolhas na qual a liberdade individual é fundamento de sua responsabilidade por si próprio.

De outro modo, em seu capítulo de título O indivíduo em combate com o cidadão, da obra Modernidade Líquida, Bauman (2001) esclarece que falar de indivíduo é falar de modernidade. Em vista disso, o sociólogo discute o processo de individualização se referindo à uma característica da sociedade moderna, e sendo ela uma atividade incessante os indivíduos a reestruturam, pois estão constantemente se transformando de acordo com a história passada, ou seja, à medida das ocorrências vivenciadas. Nesta percepção, esse processo se mostra bastante complexo, demandando de seguidas alterações que abarcam desde desacomodar-se das tradições e assimilar os episódios ao qual se está sujeito, sendo, por consequência, na fala do autor, “a individualização uma fatalidade e não uma escolha”.

Apresentando uma abordagem psicanalítica, GARCIA e COUTINHO (2004) expõe o individualismo libertário, o qual confrontava com o padrão do contexto social e buscava, também, se livrar das amarras do tradicionalismo contestatório. As autoras definindo como individualismo libertário se fundamentam no ideal de liberdade individual, e assim se mostra

articulado a todo um ideário de liberação presente de diversas formas na relação do indivíduo com o social. O ideário da liberação questiona todo e qualquer constrangimento social, o que recai particularmente sobre a esfera da sexualidade, dando origem a diversos movimentos reivindicatórios que adquirem o estatuto de uma luta política. O corpo – como corpo do prazer – torna-se a expressão mais clara do cultivo do eu e da liberação, objeto primordial de exercício da ideologia libertária, podendo ser tomado como o representante visível da identidade de cada indivíduo. (GARCIA e COUTINHO, 2004, p 129)

Por assim dizer, o indivíduo contemporâneo pode ser caracterizado como aquele a qual vive a busca incessante e sem restrições por satisfação (GARCIA e COUTINHO, p. 131), é aquele indivíduo “desenraizado, de errância, vinculada à perda de referências simbólicas, que levam a uma busca constante de ancoragens identitárias, ainda que transitórias” (ibid.). No entanto, para as autoras, esse indivíduo errante é aquele que apresenta sofrimento psíquico uma vez que tal sofrimento “associa-se a instabilidade ou insegurança identitária” é um indivíduo dado às liberdades individuais, porém vazio de seu próprio significado, e que, portanto, acumula traços distintos daquilo que integra do meio.

Assim sendo, o desejo da liberdade e a constituição de um indivíduo dotado de autonomia nada mais é do que uma ilusão. Em suma, “há um desagradável ar de impotência no temperado caldo da liberdade preparado no caldeirão da individualização; essa impotência é sentida [...] frustrante e perturbadora em vista do aumento de poder que se esperava que a liberdade trouxesse”. (Bauman, 2001. p. 48)

MUNDO DO TRABALHO

O trabalho é elemento constituinte da existência humana. É através dele que o indivíduo se relaciona com o ambiente, constrói sua realidade, insere-se em contextos grupais e por fim, promove a perenização de sua existência (ROHM & LOPES, 2015. p. 332). Assim como a história o mundo do trabalho também segue um rumo de mudanças e novos acontecimentos. Assim, antes de mais nada, deve-se atribuir um importante tema para o debate que seria a ideia de progresso. Entendendo-o como a autoconfiança do presente (Bauman, 2001. p. 166) o progresso é apresentado por duas crenças de correlação ao qual “o tempo está ao nosso lado” e “somos nós que fazemos acontecer” (ibid.). Embora essa ideia possua fundamento no desenvolvimento mútuo, Durkheim apresenta em sua obra *Da Divisão do Trabalho Social* a problemática da diferenciação e especialização das funções que objetivamente buscava “organizar e agilizar todas as suas faculdades” com a finalidade de não ser exatamente o homem completo, mas sim o homem produtivo, rápido e preciso.

Até meados do século XVIII (Sennett, 2009) a família atuava como o centro físico da economia. No campo, as famílias faziam a maioria das coisas que consumiam; em cidades como Paris ou Londres, os ofícios também eram praticados na morada familiar. O fato observado por Sennett demonstra a relação que preexistia antes das transformações industriais, onde moradia e o local de ofício eram em um mesmo terreno ou bastante próximos. Posteriormente ao surgimento das indústrias, moradia e fábrica já estavam separados por uma considerável distância, e ao contrário da relação em que funcionários moravam, literalmente, nas instalações próximas a seus postos de trabalho essa separação espacial necessitava de algumas medidas. Como observa Sennett sobre as descrições de Diderot (apud. Sennett, 2009) a respeito da “inovação” de recrutamento de pessoal distante, Diderot salienta que a fábrica não oferecia suas instalações para habitação de seus funcionários, sendo assim teriam de se deslocar à cavalo. Entretanto, essa separação não era vista por uma perspectiva negativa, visto que resultou no surgimento de uma ordem do trabalho ou ordem industrial.

Esse ordenamento era identificado pela rotina, sendo, contudo, eficaz e precisa. A divisão do trabalho seguia a mais perfeita ordem, ao qual Diderot afirma, sobre essa dinâmica industrial, que a fábrica era o espaço “em que tudo tem seu lugar e todos sabem o que fazer”. Dessa maneira, a assimilação da rotina trazia evolução ao processo de produção, como fica claro quando Sennett expõe a análise de Diderot em que

esta rotina estava em constante evolução, à medida que os trabalhadores aprendiam como manipular e alterar cada estágio do processo de trabalho. De forma mais ampla, o “ritmo” de trabalho significa que, repetindo uma operação em particular, se descobre como acelerar ou moderar a atividade, fazer variações, manejar os materiais, desenvolver novas práticas — assim como um músico aprende como conduzir o tempo ao executar uma peça musical. Graças à repetição e ao ritmo, o trabalhador pode alcançar, disse Diderot, “a unidade mental e manual” no trabalho. (p. 38)

Sob outra perspectiva Adam Smith (apud. Sennett, 2009, p. 39) não via nessa ordeira evolução algo positivo para o trabalhador, pois para ele a fraternidade e serenidade não passavam de um sonho impossível e era algo que os embrutecia. Sennett salienta ainda que Adam Smith, como grande defensor das liberdades do mercado, entendia que essa nova ordem social econômica necessitava da organização da rotina no tempo, associando,

assim, o caráter de evolução dessa relação a qual era necessário o aperfeiçoamento e especialização. Portanto, organizar o tempo dessa forma é algo que degenera o homem, é, na visão de Smith, desastroso, porém para o acúmulo capitalista é eficaz e lucrativo.

Nesse contexto, se tratando das sociedades tradicionais em que semelhança e a consciência coletiva eram responsáveis pela solidariedade e em manter os grupos coesos e integrados, no mundo contemporâneo, por outro lado, a ordem é a diferenciação, como Smith já defendia em sua análise. Tanto o progresso quanto o trabalho não repetem, de certa maneira, esse paradigma que consistia na ideia de progresso como desenvolvimento bilateral. Por conseguinte, a concepção de progresso

em sua encarnação presente parece tão pouco familiar que chegamos a nos perguntar se ainda a mantemos, é porque o progresso, como tantos outros parâmetros da vida moderna, está agora “individualizado”; mais precisamente - *desregulado e privatizado*. Está agora desregulado - porque as ofertas de “elevar de nível” as realidades presentes são muitas e diversas e porque a questão “uma novidade particular significa de fato um aperfeiçoamento?” foi deixada à livre competição antes e depois de feita a escolha. E está privatizada porque a questão do aperfeiçoamento não é mais um empreendimento coletivo, mas individual; são os homens e mulheres individuais que a suas próprias custas deverão usar, individualmente, seu próprio juízo, recursos e indústria para elevar-se a uma condição satisfatória e deixar para trás qualquer aspecto de sua condição presente de que se ressentam. (Bauman 2001. p. 170)

Ora, quem não é visto não é lembrado. É por essas vias e com uma ótica do consumo capitalista que a sociedade se encontra em ambientes de verdadeira guerra pela diferenciação. A busca incessante por reconhecimento está a frente de qualquer solidariedade e reciprocidade, vivemos na sociedade do destaque individual e crescimento particular. Aqui tanto faz o outro ser um meio para atingir seus fins, o resultado é o que dita as regras, e sendo o indivíduo contemporâneo dotado de “liberdades”, cabe somente a ele buscar seu autônomo desenvolvimento. O fato é que isso não ocorre dessa forma. Os detentores dos meios de produção estão ainda mais exigentes, reivindicam mais especialização, o indivíduo deve ter seu tempo domesticado, isto é, controlado e aberto às novas formulações do trabalho. Está se tornando cada vez mais raro os empregos duradouros, aqueles a exemplo das indústrias Ford a qual o jovem aprendiz iniciava suas funções com a certeza de trabalhar no mesmo lugar por toda sua vida profissional (Sennett, 2009).

A antiga ética do trabalho que se baseava no uso autodisciplinado do tempo dá lugar a moderna ética do trabalho, a qual se concentra no trabalho de equipe. Essa nova prática, apresenta Sennett, se mostra, não obstante, uma superficial prática de grupo. Nesta ocasião, um novo cenário que emergiu são as relações de subordinação temporárias, os chamados trabalhos terceirizados. Ao contrário dos empregos longínquos ao qual eram, de certa forma, garantidos por toda a vida, os trabalhos temporários são marcados pela alta rotatividade de pessoas e vínculos enfraquecidos. A firmeza e confiança no presente, diz Bauman, afetam a relação com a mesma firmeza e confiança cujo o futuro estaria seguro e garantido. Ainda assim, frisa o sociólogo, o futuro está fora dessa integração com o presente, considerando que “o trabalho escorregou do universo da construção da ordem e controle”, as novas práticas vigentes apresentam, então, objetivos de curto prazo (Bauman, 2001. p. 175). Para ilustrar esse processo, a noção de “nômades involuntários” de Bauman descreve esse liame, pois a transitoriedade dos indivíduos nessa nova dinâmica do trabalho na modernidade, argumenta o autor, “não pode mais oferecer o eixo seguro [...], fixar autodefinições, identidades e projetos de vida” (ibid.). Como dito acima, é determinado ao indivíduo estar disposto às necessidades do mercado, sejam elas de cunho de aprimoramento ou flexibilização. Estar em constante movimento e mudança se torna, por isso, uma problemática contemporânea.

Assim sendo, em um contexto capitalista globalizado aperfeiçoar-se se torna uma necessidade. Visto que nessa perspectiva mercadológica se destaca quem possui maior qualificação para executar determinadas funções que exigem certa complexidade técnica. Nesse ambiente predatório o olhar sob o bem geral é delimitado para fora dessa interação entre trabalhadores e os donos da força de trabalho. Não há, no entanto, espaço para o crescimento mútuo, mas sim para a competição, pelo reconhecimento e crescimento econômico. Por conta disso, têm-se as pessoas como objetos, que possuem suas funcionalidades e seu tempo de uso,

sendo substituídas assim que ocorra um decréscimo de produtividade. A exigência que o mundo moderno demanda abarca amplamente os indivíduos de qualquer camada social, a exemplo do fracasso que não se torna mais restrito à grupos sociais menos favorecidos, Richard Sennett apresenta que

O fracasso não é mais a perspectiva normal dos muitos pobres ou desprivilegiados; tornou-se mais conhecido como um fato regular nas vidas da classe média. A dimensão decrescente da elite torna mais fugidia a realização. O mercado em que o vencedor leva tudo é uma estrutura competitiva que predispõe ao fracasso grandes números de pessoas educadas. As reduções e reengenharias impõem as pessoas da classe média tragédias súbitas que nos primeiros tempos do capitalismo ficavam mais limitadas às classes trabalhadoras. (Sennett, 2009. p. 141)

O que ocorre nessa interpretação de Sennett é que as transformações das relações de trabalho atingiram um patamar que até então se mostrava quase intocável por essa dinâmica. Reinventar-se, sair da zona de conforto passa a ser imposto às diferentes camadas sociais. Ao mundo capitalista não interessa a qual classe social pertence, estar disposto a se enquadrar nas alterações mercadológicas é antes de tudo o primeiro passo do trabalhador na contemporaneidade, aceitando, mesmo que inconscientemente, essa competição incessante.

As complexas transformações históricas pelo qual o trabalho sofreu foram além da questão de controle do tempo, da relação entre indivíduo e rotinização e a divisão das tarefas. Além do mais, conforme observa Karl Polanyi

O ponto de partida da “grande transformação” que trouxe à vida a nova ordem industrial foi a separação dos dos trabalhadores de suas fontes de existência. Esse momentoso era parte de um processo mais amplo: a produção e a troca deixaram de se inscrever num modo de vida indivisível [...] Podemos dizer que foi a mesma nova desconexão que liberou os movimentos da força de trabalho e de seus portadores que os tornou passíveis de serem movidos e assim serem sujeitos a outros usos (“melhores” - mais úteis ou lucrativos). A separação das atividades produtivas do resto dos objetivos da vida permitiu que o “esforço físico e mental” se condensasse num fenômeno em si mesmo - uma “coisa” a ser tratada como todas as coisas, isto é, a ser “manipulada”, movida, reunida a outras “coisas” ou feita em pedaços. (apud Bauman, 2001. p. 178)

Essa reflexão associa-se diretamente ao fenômeno da globalização e o resultado da inter-relação capitalista em escala global. O desenraizamento destacado contrapõe ao modelo fordista de produção que tinha como intenção imobilizar a equipe (p. 181) mantendo estes “entrelaçados por muito tempo”. Portanto, salienta Bauman, essa dependência a longo prazo passa por mudanças, alterando o longo prazo para o curto prazo e enfatiza o surgimento do conceito de flexibilidade.

Flexibilidade é apresentada por Bauman como o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou ausente de qualquer tratado, sendo esse vínculo, sem embargo, saturado de incertezas. De maneira análoga Richard Sennett indica, através da definição de flexibilidade do dicionário britânico, este termo sendo derivado

originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. “Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas. (Sennett, 2009. p. 53)

Novamente a questão se volta para as forças exógenas ao indivíduo, as que exercem sobre ele uma força de ação da mesma maneira que ocorre no episódio do nômade involuntário. A ideia de liberdade estava vinculada à

flexibilização. Para Stuart Mill, analisa Sennett, o comportamento flexível gera liberdade pessoal, entretanto essa é uma disposição do próprio indivíduo, um imaginário de ser aberto a mudanças, com qualidades adaptativas, sendo estas qualidades necessárias para a livre ação. Por conta disso, HELAL (2005) argumenta sobre esse contexto, que essa situação “passa então a exigir do trabalhador uma constante atualização, flexibilização e adaptabilidade diante das novas demandas do mundo do trabalho. Exige-se do trabalhador um tipo de conhecimento não restrito apenas ao técnico-operacional, e sim àquele que envolva atitude, habilidades de comunicação e traços de personalidade”.

Em síntese, a flexibilização é um ataque à rotina burocrática (Sennett, p. 53), é um ataque ao planejamento que a burocracia assegurava. Devido a isso, pode-se dizer, segundo Bauman (2001, p.186), a incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ora, tal como lembrado pelo autor, nessa nova era de luta de todos contra todos, a incerteza provocada pelas novas formas atribuídas ao trabalho separa ao invés de unir, e assim, o “interesse comum” perde todo o valor prático. Por consequência disso emerge o indivíduo fragmentado, lotado de funções e vivendo de maneira caótica e sem garantias a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de interação social sofreram, ao longo da história, determinantes mudanças. O mundo moderno exerce no indivíduo diferentes formas de manifestação de suas consequências, sejam elas relacionadas ao controle do tempo, adequações mercadológicas e a própria inter-relação no convívio social. Dessa forma, este trabalho buscou discutir os principais fatores responsáveis pela efemeridade das relações dos indivíduos. Assim, no que tange à temática, deve-se apresentar primeiramente que o mundo moderno, rápido e impreciso denota de acontecimentos que fogem ao sujeito. Nesse sentido, argumentam os pressupostos teóricos com os quais o observador propõe uma visão interpretativa acerca destes fatos citados ao longo do trabalho.

Neste debate, Richard Sennett aponta a necessidade de haver relações a longo prazo para que seja possível a manutenção de laços fortes. Sennett complementa ainda que para isso é necessário que haja disposição para estabelecer compromissos com os outros. O que ocorre é justamente o oposto, como salienta Bauman, em relação aos empregos de curto prazo as relações também seguem o mesmo modelo. O medo de estabelecer relações persevera na sociedade do imediatismo e da dúvida. Visto que, as próprias mudanças econômicas e políticas, no que concerne às instituições, corroboram para a permanência do problema.

Logo, dois fatores principais podem ser apontados como tema central da discussão. Em primeiro lugar o desenvolvimento do capitalismo, isto é, em sua forma globalizada, se apresenta como o principal fator para esta análise. Uma vez que insere a competição como forte agente capaz de distanciar e tornar desiguais o convívio pessoal dos indivíduos, sendo estes extremamente ocupados e desinteressados. Em virtude disso, têm-se reflexo no mundo do trabalho, em que o mercado busca por mão-de-obra cada vez mais produtivas e mais diferenciadas, desvinculadas de contratos e acessíveis aos movimentos incertos do mercado. Por fim, o individualismo é o retrato do mundo contemporâneo, posto que o indivíduo é aquele levado pela insegurança e caos, dotado de desagradável impotência. Sendo este, por consequência, à deriva e reflexo do esvaziamento das relações interpessoais.

Portanto, inserindo uma indagação última sobre esse indivíduo em crise, será então que estamos diante de um esgotamento final dessa noção de indivíduo, ou este indivíduo, que parece em conflito, sobrevive aos conceitos de pós-modernidade? Embora não seja possível discorrer sobre todas as questões da crise referida no texto, também não desconheço, por fim, que o problema coloca em questão a própria continuidade da ideia de modernidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **A fragilidade das relações humanas na pós-modernidade**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 100, p. 62-69, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

GARCIA, Claudia Amorim e COUTINHO, Luciana Gageiro. **Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo**. *Psyche (Sao Paulo)* [online]. 2004, vol.8, n.13, pp. 125-140. ISSN 1415-1138.

HELAL, Diogo Henrique. **Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 01-15, Mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 Out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100006>.

MAGALHÃES, Raul F. **A modernidade imanente: perspectivas do Brasil e invenções de teoria social**, Tese para Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

Neubert, L. (2011). **Indivíduo, liberdade e lazer na modernidade**. *Sociedade E Cultura*, 13(2), 277-285. <https://doi.org/10.5216/sec.v13i2.13431>.

ROHM, Ricardo Henry Dias; LOPES, Natália Fonseca. **O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 332-345, June 2015. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 Set.. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395117179>.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter : as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro. Record, 2009.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani e SILVA, Nilce da. **A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma**. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2008, vol.8, n.1, pp. 171-194. ISSN 1518-6148.